



Projeto aprovado institui gratificação ambiental aos servidores de carreira da Fatma

Eduardo Guedes de Oliveira

Servidores da Fundação do Meio Ambiente presentes à sessão plenária do último dia 22, comemoram o resultado da votação do substitutivo global ao Projeto de Lei nº 47/05, que institui a gratificação ambiental.

Os deputados ainda aprovaram, entre as dezenas de proposições importantes apreciadas em Plenário, a ampliação dos limites de faturamento das pequenas e microempresas para receber os benefícios fiscais do ICM Simples e mudanças nas idades-limites para policiais militares entrarem para a reserva.

Faltando poucas semanas para o fim do ano legislativo, o ritmo dos trabalhos na Casa está ainda mais acelerado, com a realização de diversas audiências públicas promovidas pelas comissões ou pelos fóruns parlamentares. O ano legislativo encerra-se somente com a apreciação da proposta da lei orçamentária anual.

Páginas 9



Matéria propondo o benefício salarial foi apreciada em clima tranqüilo, sem grandes divergências

Instituições educacionais recebem homenagem pelos seus 50 anos

Eduardo Guedes de Oliveira

Os 50 anos de fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brusque foram comemorados pelo Legislativo estadual na noite de terça-feira (23), sob a condução do presidente em exercício, deputado Herneus de Nadal, atendendo proposição do deputado Paulo Eccel (PT).

Na noite anterior, numa iniciativa do líder do P-SOL, deputado Afrânio Boppré, o Parlamento manifestou o reconhecimento dos catarinenses ao trabalho realizado pelo Centro Educacional Menino Jesus, fundado em 15 de novembro de 1955.

Página 3



Acima, apresentação de capoeira, por alunos da APAE de Brusque, ligados ao núcleo cultural "Câmara-Capoeira". Ao lado, o espetáculo dos alunos do Menino Jesus

Eduardo Guedes de Oliveira



Grupo de trabalho vai estudar solução para polêmica envolvendo bombeiros

Eduardo Guedes de Oliveira



Bombeiros voluntários, comunitários e militares, com apoio das comissões de Trabalho, Administração e Serviços Públicos e de Segurança Pública, vão buscar soluções envolvendo questões de legalidade que estão provocando confrontos entre o serviço prestado pelas categorias.

Página 7

Marco em defesa da bacia do Rio Uruguai

Nos próximos meses, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) deve liberar, para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o montante de 1,2 milhão de dólares, financiando a elaboração do plano diretor para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani.

O recurso é doação do Fundo do Meio Ambiente do Japão, e o plano diretor será elaborado com base no marco lógico construído a partir de uma série de reuniões, que culminou com um grande encontro realizado no início deste mês, nesta Assembléia Legislativa. Representantes de órgãos governamentais, entidades ligadas à preservação ecológica e universidades debateram estratégias para a construção de um documento balizador das ações que visam o desenvolvimento sustentável e a correção de danos ambientais numa região onde vivem, somente em nosso Estado, 1,6 milhão de catarinenses, o que corresponde, aproximadamente, a 30% da população.

A bacia do Rio Uruguai em Santa Catarina abrange uma área de 47.145 quilômetros quadrados, que se estende por 31 municípios do Planalto Serrano e 118 da região Oeste, incluindo as bacias hidrográficas dos rios Peperi-guaçu, Antas, Chapecó, Irani, Jacutinga, do Peixe, Canoas e Pelotas.

O sistema de marco lógico é utilizado para

a gestão de projetos e programas. Seu uso difundiu-se amplamente na maioria das organizações internacionais que atuam no âmbito público como instrumento básico de gerenciamento.

A bacia do Uruguai se insere na área do Aquífero Guarani, que se estende pelo Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, tendo 1,2 milhão de quilômetros quadrados, 71% dos quais em oito estados do território nacional. O programa de desenvolvimento sustentado da bacia do Uruguai e do aquífero, no âmbito catarinense, foi instituído pelo decreto governamental nº 1.669, de 14 de abril de 2004. O Estado é parceiro dos investimentos que serão feitos no planejamento das ações, entrando com uma contrapartida aos recursos financiados pelo BID.

Todas essas colocações dão uma dimensão da amplitude das ações que serão deflagradas, já sem tempo, em defesa da região que, em grande parte, tem intensa identidade com nosso mandato. Com grata satisfação presidi a reunião que definiu o marco lógico das ações voltadas para Santa Catarina, e serei sempre parceiro de primeira hora do que de melhor possa ser feito, visando o bem-estar futuro dos catarinenses, a partir deste planejamento.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB)
Presidente em exercício da Assembléia Legislativa

Água e saneamento para quem precisa

Fato inédito. No último dia 18 de novembro, o jornal A Notícia destacou no caderno ANCidade que um padre havia sido chamado depois do estouro de um transformador recém-instalado na ETA (Estação de Tratamento de Água) do rio Cubatão, em Joinville. Trezentos mil, dos 480 mil moradores foram afetados. O padre teve por tarefa fazer "orações pelo abastecimento".

Desde agosto, a Companhia Águas de Joinville causa transtornos aos joinvilenses. Até agora, foram cinco adutoras e 24 subadutoras rompidas.

Em meados deste ano, quando o serviço era efetuado pela Casan, a municipalização era reconhecida como a salvação para o abastecimento. Mas, com a nova forma de gerenciamento e de prestação do serviço, veio uma abundância de problemas: bairros passam dias sem água; moradores reclamam da eficiência da Companhia, dos valores absurdos das contas, entre outras.

Entretanto, há quem busque alternativas para fortalecer a Casan e para isso conseguimos implantar, neste mês, na Assembléia Legislativa, o Fórum Parlamentar da Casan, composto por deputados, representantes da Fecam, do Ministério Público, da Casan, da Fatma, do Sintae e da CUT. Juntos, temos conseguido avançar nas opções para

ampliar os serviços da empresa, buscando mais recursos, a fim de mantermos a empresa pública e garantindo centenas de postos de trabalho. O Fórum também discute o projeto do governo que quer transformar a Casan numa *holding*.

No dia 8 de novembro, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), coordenada pelo Ministério do Planejamento, trouxe boas notícias para o Estado, ao aprovar empréstimo para a primeira etapa de um projeto da Casan no valor de US\$ 216,4 milhões. Os recursos virão do JBIC - Banco Japonês de Cooperação Internacional. As obras previstas no projeto devem ser feitas em três anos, assim que os recursos começarem a ser liberados.

Por fim, recordamos que Joinville é um município bastante religioso, assim como Santa Catarina. É grande o número de igrejas e, conseqüentemente, de padres, pastores e outras lideranças religiosas. Mas, não desejamos que todos eles sejam convidados a sanar problemas de má administração no serviço de águas. Mais do que ter fé e transferir para forças divinas a solução dos problemas, é preciso gerir com responsabilidade os serviços de água e saneamento municipal em Joinville e por toda Santa Catarina.

Deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT)

Embaixador propõe criação de escola de turismo

O presidente em exercício da Assembléia Legislativa, deputado Herneus de Nadal, recebeu na terça-feira (22) diplomatas suíços que cumprem roteiro oficial de visitas a instituições públicas em Santa Catarina. O embaixador Rudolf Baerfuss antecipou a disposição de apresentar ao governo catarinense uma proposta de intercâmbio de apoio ao setor de turismo e hotelaria, com a criação de uma escola no Estado.

A Suíça tem grande experiência no setor, que é um dos principais pilares de sua economia. A proposta da escola foi levada também ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Baerfuss e a esposa Beatrice estavam acompanhados do cônsul-honorário em Santa Catarina, Alberto Holderegger. O embaixador elogiou as belezas naturais do Estado e destacou seu potencial turístico.

O deputado Herneus recebeu do visitante um exemplar da Constituição da Suíça, aprovada num referendo em 1999, com versão traduzida para a Língua Portuguesa. "É uma grande satisfação receber uma missão oficial de um país que muito tem a nos oferecer, no aspecto do desenvolvimento do turismo e da hotelaria, além do exemplo de uma sólida democracia", disse o deputado. (LCPP)

Agenda

Dia 28/11, 14h - Homenagem ao CEI/SC (Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina), pelos 156 anos de sua fundação
Local: Plenário e hall da Alesc

Dia 29/11, 18h - Apresentação do grupo Fielsons
Local: hall da Alesc

Dia 29/11, 19h - Homenagem ao Hospital São José, de Criciúma, pela passagem dos 69 anos de sua fundação
Local: Plenário

Dia 30/11, 9h - Palestra sobre Vigilância Sanitária e a importância das suas ações para a saúde pública
Local: Plenário

Dia 30/11, 19h - Sessão solene pelo 80º aniversário de emancipação política de Criciúma e lançamento do livro sobre a história da cidade
Local: Clube Mampituba - Criciúma

Dia 1º/12, 14h - Comissão de Educação - Audiência pública para debater o novo Estatuto do Magistério Público
Local: Plenário

Dia 1º/12, 19h - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública sobre o turismo em SC
Local: Plenário

Dia 2/12, 8h - XXIII Seminário do Fórum das Águas e Aquífero Guarani
Local: Centro Social do Parque Nacional da Cebola Cerro Negro - Ituporanga

Dia 2/12, 19h - Homenagem às APAEs de Santa Catarina
Local: Plenário e hall da Alesc

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)
1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)
(presidente em exercício)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)
2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751
Fax: 223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Lucia Helena Vieira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira
Coordenadora: Cármen Leite Rovira
Chefe de Redação: Rubens Vargas
Redatores: Carlos Agre, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortega Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Cássio Turra, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrêa Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vítor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Escola Menino Jesus completa 50 anos de educação pela paz

Jonas Lenos Campos



Boppré propôs a homenagem à escola cujo método de ensino é referência no país

O CEMJ (Centro Educacional Menino Jesus), que completou 50 anos no último dia 15, foi homenageado pela Assembléia Legislativa em sessão solene solicitada pelo deputado Afrânio Boppré (P-SOL), na noite do dia 21. A apresentação de um vídeo institucional destacou o início das atividades da escola em 1955. A partir daí, várias conquistas foram obtidas.

Em 1974, foi introduzido o ensino de primeiro grau. Em 1976, a adoção do método de ensino Montessori, firmado na concepção da criança como construtora de seu próprio desenvolvimento, no respeito à individualidade, à autonomia e na preparação para a vida através do equilíbrio nas relações com os outros.

A diretora geral da instituição, irmã Marli C. Schlindwein, enfatizou que o crescimento e a evolução da instituição se devem ao crédito dado pela comunidade de Florianópolis ao empenho em propor-

cionar conhecimento acadêmico e científico. A escola tornou-se uma referência nacional na educação infantil e ensino fundamental pela excelência de atuação alcançada através do ensino da prática pedagógica montessoriana.

“Além de uma educação que trabalha valores humanos e cristãos, tendo como componente de identidade a formação para uma cultura de paz, o Menino Jesus sempre honrou o compromisso de lançar as boas bases, já que atua do berçário à 8ª série”, disse a irmã Marli.

Reconhecimento - A homenagem da Assembléia, comentou Boppré, “é um ato singular perante uma instituição educacional que cultiva generosidade para com a comunidade onde atua, e que desenvolve um trabalho pedagógico, defendendo o respeito à diversidade e às diferenças”. E completou: “Isso é feito através da educação tradicional, clássica, mas com uma identidade própria que busca a promoção e o desenvolvimento de uma linha di-

dático-pedagógica que tem como lema *Ajude-me a crescer, mas deixe-me ser eu mesmo*”.

O líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB) declarou-se um conhecedor cotidiano da história do curso elementar Menino Jesus e reforçou as declarações de respeito à excelência pedagógica que visa respeito à diversidade e a inserção comunitária.

“Assumidamente cristão e católico, o colégio de nossos filhos é cada vez mais um instrumento de paz neste mundo turbulento”, definiu José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, pai de Ana Beatriz, que frequenta o colégio desde 2001. Para ele, o futuro será tanto melhor quanto mais fraternalmente forem educadas as crianças de hoje, pois

elas são o nosso amanhã. “As mazelas só poderão ser combatidas com a educação. Como pai, quero agradecer pelo serviço que a nobre instituição vem prestando a nossas crianças”, disse Guerra.

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP), que presidiu a sessão solene, salientou que o Centro Educacional Menino

Jesus, ao tratar a criança como principal agente da aprendizagem, cria um ambiente saudável e envolvente e de estímulo contínuo para o crescimento. “A escola investe permanentemente na formação de seus educadores e acredita que a esperança da humanidade reside na educação da criança”, concluiu o parlamentar. (SD)

Parlamento comemora cinquentenário da APAE de Brusque

Eduardo Guedes de Oliveira

A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Brusque, a primeira a ser criada em Santa Catarina e a segunda do Brasil, foi homenageada na noite de terça-feira (23), pelo seu cinquentenário, através de uma proposição do deputado Paulo Eccel (PT). A sessão foi comandada pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), presidente em exercício da Casa, e contou com a presença de diversas autoridades.

Em 1955, Carlos Moritz, prefeito de Brusque, já falecido, e sua esposa Ruth de Sá Moritz, no intuito de educar o filho Pierre, portador de deficiência mental, em viagem ao Rio de Janeiro, capital federal na época, foram informados sobre a fundação de uma instituição, a APAE, cuja idéia modelo foi trazida dos Estados Unidos por Beatriz Biems, mãe de uma menina portadora de Síndrome de Down e que fazia parte do corpo diplomático da embaixada norte-americana no Brasil.

A instituição foi fundada no dia 14 de setembro de 1955. No ano seguinte, em 13 de outubro, nasceu a Escola Especial Instituto Santa Inês. A associação atende diariamente 260 pessoas e é formada por

três instituições. A Clínica de Terapia Integrada Uni Duni Tê, que investe na orientação sobre medidas pré e pós-natais preventivas da excepcionalidade, atende ainda crianças de zero a 3 anos e acompanha o desenvolvimento de qualquer criança especial no município e região desde o nascimento até os 6 anos de idade.

Desenvolvimento - Também integram o cotidiano do Instituto Santa Inês, ações para garantir o desenvolvimento de capacidades e a aprendizagem de conteúdos necessários à vida em sociedade. Já o Centro de Convivência tem como principal objetivo criar alternativas de inserção social e melhorar a qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência com idade acima de 21 anos, ou mesmo com idade avançada, sem perspectiva de inserção no mundo de trabalho.



Eccel (centro) entregou placa a Maria e Pierre Moritz

“Graças a essas iniciativas já se fala com mais naturalidade sobre crianças especiais, mas não era assim há 50 anos, principalmente, na então, pequena cidade de Brusque”, comentou o deputado Paulo Eccel.

O diretor técnico da APAE de Brusque, Ângelo Cunha Voltolini, lamentou o provável fechamento da primeira APAE fundada no Brasil, no Rio de Janeiro, por falta de recursos financeiros. “Esperamos que a nossa não siga o mesmo caminho”, disse.

Concurso inédito

A prefeitura de Brusque realizou um concurso público em que 14 deficientes foram aprovados, segundo informações do vice-prefeito Dagomar Carneiro. “A nossa APAE é um motivo de orgulho para a população brusquense. Pedimos que vocês deputados aprove o projeto de lei, do deputado Julio Garcia (PFL), que disponibiliza 1% dos recursos do Fundo Social para as APAEs”, conclamou.

Em nome do Parlamento, o deputado Paulo Eccel (PT) entregou uma placa comemorativa em homenagem à família Moritz. O diretor-presidente da APAE de Brusque, Amílcar Arnoldo Welthmuth, recebeu uma placa comemorativa dos 50 anos, em nome da entidade. Representando Ruth de Sá, que não pôde com-

parecer à cerimônia, Maria Tereza Moritz agradeceu a homenagem.

Durante a sessão especial, o Hino Nacional foi interpretado pelo grupo XMA, acompanhado dos cantores Valmir Ludwig e José Segala. Logo após, o Gupo Di Canto Degli Amici Trentino interpretou as canções “Vieni in montagna e “Bianchini Natale”, sob a regência do maestro Edmundo Belli. O cantor Willdenner, que é pai de um aluno da associação, interpretou a música “Eu sei que vou te amar”. A apresentação de capoeira, por alunos da APAE de Brusque, ligados ao núcleo cultural “Câmara-Capoeira”, emocionou a todos. No final, houve a participação do Grupo da Associação Cultural Germânica, com a música Edelweiss, interpretada por Luiz Eduardo Braunsperger e Ingrid Knhis. (DAB)

Ética e Orçamento encerram ciclo de seminários na região serrana

A Câmara de Vereadores da cidade de Lages, na região serrana, foi palco no dia 18, da nona e última etapa do I Seminário da Região Serrana – Pensando o Poder Legislativo Municipal. Vereadores, presidentes de Câmaras, prefeitos, secretários municipais, agentes públicos e políticos lotaram as dependências da Câmara para assistir às palestras ministradas pelo presidente da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco (PP), que abordou Ética na Política, e pela servidora Maria Helena Diniz, sobre Orçamento Público.

A abertura oficial contou com a presença do vereador Willy João Brun Filho, presidente da Câmara sede do evento, do deputado Sérgio Godinho (PSB), representando o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), do deputado Antonio Ceron (PFL), do secretário de Agricultura de Lages, Arnaldo Moraes, representando o prefeito municipal Raimundo Colombo e do vereador Cidinei Marcon, presidente da União das Câmaras de Vereadores da Região Serrana – Uveres.

Avaliação - O vereador Joaquim

Machado de Melo (PTB), presidente da Câmara de Urupema, que participou de cinco etapas do ciclo, enfatizou a importância dos eventos realizados pela Escola do Legislativo catarinense. Para o vereador Jorge Dionei (PMDB), participante de dois debates, as palestras foram esclarecedoras e mostraram as reais funções do vereador. “Obtivemos subsídios e informações para argumentar e participar dos debates na Câmara”, afirmou. A assessora legislativa da Câmara de Lages, Luciane de Souza Lima, lamentou o pouco tempo do curso. “Agora sei o que é Ética, por exemplo, e também gostei muito do curso de Cerimonial”, arrematou. O vereador José Luiz Andrade – Bolinha (PMDB), da cidade de Urubici, está na terceira legislatura e participou de seis encontros. “Destaco os temas Orçamento Público e Técnica Legislativa, pois já estou aplicando o que aprendi. Apesar de nove anos na legislatura, o seminário sempre apresenta novidades”, finalizou o vereador.

Os encontros foram promovidos gratuitamente pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por



Deputados, vereadores e prefeito na abertura do último seminário do ciclo

intermédio da Escola do Legislativo, pela União das Câmaras dos Vereadores da Região Serrana – Uveres e do Programa Interlegis, do Senado Federal, com o apoio das Câmaras de Vereadores. As cidades contempladas com o

seminário foram: Rio Rufino (22/07), Urubici (29/07), São Joaquim (11/08), Campo Belo do Sul (23/09), Anita Garibaldi (30/09), Otacílio Costa (21/10), Palmeira (04/11), Correia Pinto (11/11) e Lages (18/11). (MAG)

Escolas recebem capacitação ao Parlamento Jovem

As cinco escolas selecionadas para o Programa Parlamento Jovem já receberam a equipe de servidores da Escola do Legislativo responsável pela capacitação básica para a realização das eleições internas, nas quais os estudantes irão eleger os seus “deputados juvenis” que participarão do Programa.

O Programa Parlamento Jovem nasceu de uma proposição da deputada Ana Paula Lima (PT) e tem como objetivo dar oportunidade para que 40 alunos das cinco escolas sorteadas vivenciem por um dia o processo parlamentar.

Das 75 escolas públicas e particulares inscritas cinco foram sorteadas e levarão à Assembléia Legislativa oito alunos cada, totalizando 40 “deputados juvenis”. As instituições escolhidas foram: Escola Básica Cecília Rosa Lopes (São José), Colégio Elias Moreira (Joinville), Escola Básica Zelindo Carbonera (Marema), Centro Educacional Fackages (Lages) e Escola Básica João dos Santos (Santa Rosa de Lima). A sessão plenária do Programa será realizada no dia 8 de dezembro, no Plenário da Assembléia Legislativa. (MAG)

Secco assume presidência do Fórum Ítalo-brasileiro

O deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) passou o comando do Fórum Parlamentar Ítalo-brasileiro para o deputado Celestino Secco (PP) durante a sessão plenária do dia 17. Peninha destacou a “cooperação entre Brasil e Itália” como um dos pontos altos de sua gestão. Secco exaltou o trabalho do colega e disse que dará sequência aos projetos.

Visita – Na mesma sessão, foi aberto espaço pelo presidente em exercício da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), para que o novo cônsul italiano para os estados do Paraná e Santa Catarina, Ricardo Battisti, se manifestasse. O cônsul esteve no Legislativo estadual justamente para receber informações sobre o Fórum Ítalo-brasileiro e conversar com seu novo presidente. (SCT)

Associação reúne procuradores de todo o país



Evento promovido pelos procuradores da Casa trouxe mais de 100 profissionais a Florianópolis

O 1º Ciclo de Estudos Jurídicos promovido pela Associação dos Procuradores da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, realizado no Marina's Palace Hotel, em Florianópolis, reuniu mais de uma centena de profissionais do Direito Público, representativos da maioria dos estados do país.

A solenidade foi aberta com palestra do ministro José Delgado, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), abordando o tema a “Capacidade Jurídica dos Procuradores do Serviço Público Brasileiro”.

Coube ao secretário da Aproale, procurador Cyro Barreto, res-

saltar as qualidades do eminente jurista, como sua ampla visão sobre a consolidação constitucional das atividades das procuradorias na defesa do Estado de Direito e da cidadania plena.

A mesa dos trabalhos foi presidida pelo procurador Michel Curi e integrada pelo ministro Delgado, pelo procurador do Estado de Santa Catarina, Ilmar Rocha, pelos deputados João Henrique Blasi (PMDB) e Lício Mauro da Silveira (PP), além do procurador Henrique Rocha Faria, representando a Associação Nacional dos Procuradores de Assembléias Legislativas.

Fórum da Casan define data para apresentar modelo de saneamento

O Fórum Parlamentar da Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), presidido pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), definiu, em reunião na terça-feira (22), o roteiro de atividades sugerido pelo deputado relator Lício Mauro da Silveira (PP) e a data de 22 de março (Dia Internacional da Água) do próximo ano para apresentação de um modelo de saneamento para o Estado.

Entre as prioridades, a análise do Projeto de Lei nº 442/05, que disciplina o procedimento de transição do modelo estadual de saneamento para o âmbito das Parcerias Público-privadas. A matéria tramita na Casa em regime de urgência. Também será feita a análise da Lei nº 13.517, que dispõe sobre a política estadual de saneamento, face ao convênio Casan/SC Parcerias e ao PL nº 442/05.

Odair Rogério da Silva, presidente do Sintae (Sindica-

to dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Santa Catarina), voltou a solicitar que o governo retire o pedido de tramitação do PL nº 442/05.

José Carlos Rauhen, diretor presidente do Senge/SC (Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina), informou que naquela manhã a

diretoria executiva da Casan decidiu transferir para o interior do Estado os engenheiros da área de projetos, técnicos orçamentistas e projetistas desenhistas. Os deputados Dentinho, Vanio dos Santos (PT) e Lício Mauro da Silveira apresentaram proposta de moção, a ser encaminhada à direção da Casan,

propondo a suspensão, no momento, de transferência de funcionários. O Fórum também vai encaminhar ao governo a proposta de retirada do Projeto 442/05.

Durante a reunião foi lido um ofício que o presidente da Fecam (Federação Catarinense de Municípios) e prefeito de Concórdia, Ne-

odi Saretta (PT), enviou no começo da semana ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), em que também solicita a retirada do projeto que tramita em regime de urgência. A Fecam indicou o secretário municipal de Saneamento Ambiental de Indaial, Alberto Sell, como representante da Federação no Fórum. (MAP)



Eduardo Guedes de Oliveira

Odair (em primeiro plano) ratificou necessidade do governo retirar pedido de urgência

Análise da ata

No mesmo encontro, o deputado Lício Mauro leu a ata da reunião do Conselho de Administração da Casan, realizada no dia 3 de novembro.

De acordo com os registros o Conselho avaliou a minuta do projeto de lei do Modelo Estadual de Saneamento apresentada pela SC Parcerias. Deliberou a criação de um grupo de trabalho composto por Casan, Fecam, SDS, Sitaesc e SC Parcerias, para analisar profundamente a matéria e apresentar proposta de gestão para a prestação dos serviços de saneamento básico.

Lício lembrou, porém, que a proposta foi encaminhada pelo governo ao Legislativo dias antes, em 27 de outubro. Segundo sua avaliação, o projeto é inconstitucional.

O deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo e vice-presidente do Fórum, não participou do encontro, pois estava numa reunião da CPI do Balé Bolshoi que era realizada no mesmo momento. (MAP)

Comissão discute manejo de espécies em extinção

Solon Soares

A Assembléia Legislativa promoveu na tarde do dia 17, no Plenário da Casa, o II Seminário sobre Manejo Sustentável da Araucária e do Xaxim, realizado pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PSB). "O manejo florestal deve ser entendido como um elemento decisivo para perpetuar a sobrevivência da araucária e do xaxim", explicou o parlamentar na abertura do evento.

Ele enfatizou que os planos de manejo que contemplem esses limites devem ser apoiados pela política florestal oficial do Estado de Santa Catarina, "iniciando pela imediata regulamentação da Lei nº 13.094/04, que institui o Projeto Araucária".

Suspensão - O ponto central da discussão sobre o assunto é a decisão liminar de 15 de janeiro de 2001 exarada pela Justiça Federal no Estado. A partir dela, o Ibama foi obrigado a suspender a concessão de novas autorizações para a exploração de espécies ameaçadas de extinção no domínio da Mata Atlântica, entre elas, o xaxim e araucária. A decisão, segundo Godinho, resul-

ta de uma Ação Civil Pública movida pelo ISA (Instituto Socioambiental) em dezembro de 2000. O deputado defende que os efeitos da liminar excluem as florestas plantadas, permitindo seu manejo sustentável.

A procuradora jurídica da Fatma (Fundação do Meio Ambiente), Rode Anélia Martins, explicou que Santa Catarina só poderá fazer o manejo da araucária e do xaxim depois de fazer o inventário florístico-ambiental, conforme determina o Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente).

O professor doutor do CCA (Centro de Ciências Agrárias) da UFSC, Maurício Sedrez dos Reis, afirmou que Santa Catarina tem uma pequena área de preservação de araucária, que circula entre 1% e 5%. A expansão de fronteiras agrícolas, exploração madeireira e construção de hidrelétricas prejudicaram o manejo das araucárias e do xaxim, segundo o professor. A imbuia e a canela preta também são árvores que estão sofrendo com a ação do homem. "A melhor estratégia é fazer o plantio e produzir madeira para

que daqui a 20 anos se aumente o número de áreas protegidas. Além disso, são necessárias medidas governamentais específicas, formação de recursos humanos e a participação efetiva da sociedade", propôs.

Ecossistema - Luís Ernesto Treim, gerente regional do Ibama, acrescentou que os problemas de exploração com a araucária e o xaxim não são um fato isolado e sugeriu a criação de novos parques de proteção e conservação, "com indenizações aos proprietários devidamente corretas". A maior preocupação do gerente é que os proprietários de florestas obtenham renda de outra forma que não seja com essa madeira, mas sim com subprodutos, como a espinheira-santa e a erva mate.

Para o representante do CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Nilton Schneider, exis-



Produtores apresentaram propostas durante encontro presidido por Godinho (no detalhe)



tem dois extremos. De um lado está a técnica, do outro o governo e no meio

estão os produtores, proprietários de terrenos com florestas. Segundo ele, uma portaria emitida pelo Ibama, em 1999, sobre a Mata Atlântica, foi uma das melhores, pois contempla a todos. "A portaria diz que em uma frequência igual ou menor a duas espécies por hectare fica proibido o corte", afirmou.

Encaminhamentos

Após a discussão, foi decidido o encaminhamento de moção ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) pedindo rapidez na elaboração do inventário florístico-ambiental. O cadastro de propriedades que possuem árvores das espécies ameaçadas caídas também deverá ser realizado para oportunizar a otimização dessas árvores. (DAB/GMP/MAP)

Governo apresenta relatório sobre gestão fiscal

Jonas Lemos Campos

Scheila Dziedzic

O secretário da Fazenda, Max Bornholdt, retornou na manhã de quarta-feira (23) à Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), para apresentação do relatório de gestão fiscal do segundo quadrimestre de 2005. Entre as informações repassadas aos parlamentares, ele confirmou que é significativo o crescimento do superávit orçamentário (diferença entre receita arrecadada e despesas liquidadas), em comparação ao mesmo período de 2004. Em agosto deste ano, se chegou aos R\$ 434,27 milhões de superávit orçamentário em execução. No mesmo período de 2004, os valores eram de R\$ 254,54 milhões. O secretário credita esse desempenho ao maior rigor no controle da programação orçamentária e financeira de desembolso imposta pela diretoria do Tesouro estadual.

O governo, segundo Bornholdt, também teve maior volume de recursos aplicados em investimentos, num total de R\$ 287,37 milhões, no segundo quadrimestre deste ano, em comparação com os R\$ 252,67 milhões do mesmo período de 2004. Porém, nesses valores não constam repasses do governo federal a título de Transferência de Capital. Em 2004, a



Bornholdt (no detalhe) relatou aos deputados a situação do caixa

esse título havia ocorrido o repasse de R\$ 18,91 milhões.

A RCL (Receita Corrente Líquida) apresentou incremento nominal superior a R\$ 828 milhões, sustentado principalmente pela expansão das receitas tributárias que tiveram crescimento nominal na casa dos R\$ 765 milhões. Já as demais receitas aumentaram nominalmente cerca de R\$ 270 milhões, em comparação ao segundo quadrimestre de

2004. "Boa parte da expansão das demais receitas correntes advém de uma política voltada ao controle, à otimização e à exploração do potencial das receitas de serviços prestados pelos órgãos e entidades do Estado, como Secretaria de Segurança Pública, Junta Comercial, Fundo Estadual da Saúde, Cidasc, entre outros", comentou o secretário da Fazenda. Em agosto de 2004, a receita de serviços havia alcançado R\$ 61,35 milhões, aumentando para 112,15 milhões.

Gastos com folha estão dentro dos limites

Já o maior gasto do Estado está no item despesas de pessoal e encargos sociais, fixado pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) em 60% da RCL. Este percentual teve redução em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo agora 53,13% de comprometimento da receita. O percentual é equivalente à soma do comprometimento do Executivo (44,63%), Poder Judiciário (4,24%), Poder Legislativo (1,84%), Tribunal de Contas do Estado (0,65%) e Ministério Público (1,77%).

As maiores folgas em relação ao limite prudencial imposto pela LRF estão com o Executivo e o Judiciário. A menor margem de folga é do MP e TCE. O secretário Bornholdt esclareceu que, mesmo havendo margem para crescimento

dos gastos com pessoal, essa folga não reflete no fluxo de caixa do Estado. "Isso decorre de interpretações oriundas de decisões do TCE, que possibilitam a exclusão do cálculo de despesas com pensionistas que, no entanto, são arcadas pelo Tesouro do Estado", justificou. Segundo ele, mesmo o aumento de arrecadação não significa recursos disponíveis para a folha de pessoal, uma vez que as vinculações constitucionais e legais da receita, como aplicação em educação e saúde, pagamento de dívida pública e repasse aos poderes e órgãos, determinam a aplicação nestes itens.

Os restos a pagar, despesas que foram empenhadas, mas não foram pagas até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao exercício atual foi outro item que Max

Bornholdt destacou com desempenho positivo. Segundo ele, devido ao maior rigor na programação orçamentária e financeira, houve uma redução em relação a dezembro de 2004 até agosto deste ano, de R\$ 290 milhões.

O aspecto negativo fica por conta do volume elevado que continua sendo canalizado para amortização e encargos da dívida. "O Estado vem alocando mais recursos com a dívida pública do que com funções essenciais à sociedade, como saúde e agricultura. Até o término do segundo quadrimestre de 2005, já havíamos desembolsado mais de R\$ 500 milhões com a dívida pública, contra R\$ 253 milhões com a saúde e R\$ 174 milhões com agricultura", declarou o secretário.

Questionamentos

O deputado Dentinho questionou Bornholdt sobre a inadimplência de Santa Catarina com a União, em decorrência de não terem sido prestadas as contas sobre convênios vinculados a programas do Ministério do Trabalho. Com isso, o Estado vai deixar de receber R\$ 5,5 milhões. Estes recursos seriam destinados ao desenvolvimento do programa federal para qualificação de jovens de baixa renda e sua inserção no mercado de trabalho, o Consórcio da Juventude. Segundo Dentinho, não houve prestação de contas sobre o valor de R\$ 978 mil.

Bornholdt explicou que o Tesouro Nacional instituiu uma nova normatização que exige CNPJ de todos os órgãos estaduais. "Isso é praticamente impossível. Hoje, apenas o Acre está adimplente. Os demais estados estarão entrando, nos próximos dias, com uma ação judicial contra essa normatização", afirmou o secretário.

Omissões - Mesmo considerando bem elaborado o relatório de gestão fiscal, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) afirmou que determinadas informações foram omitidas, como o lançamento em Haveres Financeiros de um crédito do Ipesc junto ao Estado, próximo de R\$ 500 milhões, que também não foi lançado como dívida. O mesmo acontece, segundo ele, com os valores referentes às parcelas pela aquisição do prédio do BESC para a instalação do Centro Administrativo.

No caso do Ipesc, o diretor de contabilidade da Secretaria da Fazenda, Wanderlei Pereira das Neves, informou que o governo pediu ao TCE para apurar o valor. "Não temos nenhum documento que diga qual é a dívida", justificou. Sobre o parcelamento, ele explicou que as portarias nºs 470 e 471 do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional, que ditam as normas de elaboração da gestão fiscal, definem que isso fica consolidado no passivo, mas não compõe a base de cálculo da RCL. Por isso não está incluso, concluiu Wanderlei.

CPI do Bolshoi continua em atividade

O deputado Paulo Eccel (PT) pediu vista ao parecer do relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Bolshoi, deputado Francisco Küster (PSDB), que solicita o arquivamento da CPI. Conforme o relatório, baseado no parecer da Procuradoria da Assembléia Legislativa, o fato determinado, que é a denúncia dos Ministérios Públicos Estadual e Federal de possíveis irregularidades administrativas no Instituto Escola Teatro Balé Bolshoi, com sede em

Joinville, não compete ao âmbito estadual.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) afirmou que se a CPI for arquivada vai deixar uma mancha na história do Instituto. "Não entendo o porquê do arquivamento. Parece-me que há alguma coisa de errado nessa história. Gostaria de ir até o fim e descobrir que está tudo bem. Acho que falta verificar muita coisa. O arquivamento não vai beneficiar ninguém", avaliou. Concordando com Vieirão, Eccel comentou que o parecer da Pro-

curadoria é parcial em favor do governo.

Já o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), defendeu a Procuradoria da Casa dizendo que ela é imparcial. "Nós não temos como punir nada. O caráter da CPI é de apurar e encaminhar o resultado aos órgãos competentes", disse Blasi.

Eccel justificou seu pedido de vista pela falta de clareza na posição do presidente da Comissão Parlamentar, deputado Gelson Merísio (PFL), expressa no relató-

rio do deputado Küster. "O presidente da CPI afirmou ser favorável à continuidade dos trabalhos no relatório, mas na reunião não quis manifestar sua opinião antes da votação. A posição do presidente não parece clara", explicou o petista.

No relatório, Merísio afirma que o objeto da Comissão - as denúncias do Ministério Público -, não se perdeu. "Estamos ganhando mais uma semana para estudar e avaliar melhor o processo", concluiu Eccel. GMP

Bombeiros voluntários reivindicam reconhecimento legal dos serviços

Carlos Agne
Tatiana Kinoshita

A situação dos bombeiros voluntários e comunitários de Santa Catarina foi tema de intensa discussão em audiência pública realizada pela Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), na manhã de segunda-feira (21). A categoria protesta contra o Corpo de Bombeiros Militar, a qual contesta a legalidade dos serviços voluntários e exige na Justiça a transferência das guarnições civis para a Polícia Militar. Por outro lado, os militares negam qualquer tentativa de ingerência e se colocam à disposição para uma parceria efetiva entre as instituições.

A proposta para a realização da audiência partiu do deputado Reno Caramori (PP) que, após conhecer a situação de discórdia entre os setores da categoria, su-

geriu o encontro. Com o plenário lotado por bombeiros voluntários, comunitários e militares de todas as regiões do Estado, o vice-presidente da Abvesc (Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina), Adolar Jark, após a apresentação de relato sobre a história e as finalidades da classe, afirmou taxativamente que a categoria está sendo maltratada e vítima de injustiça. A Abvesc foi criada em 1994, contou ele, para estimular as cidades a procurar soluções locais na área de debelação de incêndios e socorrismo em geral. "Somos uma instituição de apoio às entidades de bombeiros voluntários, auxiliando nas questões institucionais, realizando reuniões regionais, procurando ajudar na divulgação e cumprimento da

Jonas Lemos Campos

legislação referente à defesa civil, serviços de bombeiros e trabalhando para garantir dotação orçamentária do governo estadual para suas afiliadas", salientou Jark. Em 1994, o Estado contava apenas com 17 cidades cobertas pelo Corpo de Bombeiros Militar e nove por guarnições de bombeiros voluntários. Hoje, segundo Adolar Jark, cerca de 33% dos municípios contam com cobertura de

serviços de bombeiros, contra uma média nacional de apenas 5%.

Como o modelo de bombeiro voluntário deu certo, a Polícia Militar resolveu investir num tipo chamado bombeiro comunitário, que dá apoio nos seus quartéis. Assim, para os municípios que contam com uma infra-estrutura, a PM envia seis a oito soldados para comandar os bombeiros voluntários. Como as corporações de bombeiros voluntários são entidades civis, com personalidade jurídica própria, em algumas cidades este tipo de interferência não é aceito. Por isso, entram em ação outros setores. "O Ministério Público, por exemplo, tem movido processos, obrigando os

bombeiros voluntários a passar a direção das suas guarnições para os militares", afirmou Jark. Disse ainda que há rumores sobre uma equivocada vontade de apropriar-se de bens, como veículos, equipamentos especiais e outros, de entidades civis e particulares, com personalidade jurídica própria. "Reagimos à absorção pura e simples de guarnições de bombeiros voluntários, montadas, equipadas, prática adotada por determinados coronéis que não seguem a diretriz estabelecida pelo seu Comando Geral, que é a procura do caminho do entendimento. Mas o que não queremos é que continuem nos chamando de curandeiros", protestou.



Coronel Adilson, ao lado de Caramori e Dionei, pediu coerência



Aldair Faria, da Abvesc, apresentou relato sobre a atuação dos bombeiros voluntários em Santa Catarina

Alberto Neves

Legislação deve ser cumprida

O comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, coronel PM Adilson Alcides de Oliveira, assinalou que sua participação na audiência destinava-se a buscar o entendimento, de forma pacífica e legal. "Precisamos discutir as ações com coerência para encontrar soluções que atendam a todos os interesses, principalmente da segurança pública e do cidadão catarinense", ressaltou. O promotor público Davi Espírito Santo argumentou que "é possível exercer atividades em parcerias, mas a certificação é necessária, assim como uma agência reguladora."

Representando a Agesc (Agência Reguladora de Santa Catarina) - responsável pela emissão do certificado de capacidade técnica aos voluntários -, Jorge Nestor Margarida disse que havia alguns aspectos jurídicos a contornar. "Mas vamos tentar buscar a pacificação da atuação da categoria", garantiu.

Lei - O presidente da Fecabom (Federação Catarinense dos Bombei-

ros Voluntários), Cesário César de Oliveira, acusou a Abvesc de contestar a Lei Complementar nº 253/03, de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB), que regulamenta a concessão de subvenções sociais para bombeiros voluntários e comunitários. "O que não pode é a Abvesc tripudiar sobre a Lei Titon e criar clima de divisão na categoria. Nos cinco anos de existência da Federação não recebemos mais do que R\$ 2 milhões. E, se não fossem os recursos da Lei, não poderíamos sequer adquirir nossos uniformes", desabafou Cesário, informando que existem mais de 5.500 bombeiros voluntários no Estado que não recebem nada e que, muitas vezes, deixam suas famílias sem atenção para se colocar à disposição da sociedade.

O capitão Marcelo Martinez Hipólito, que representou o comandante-geral da PM, disse que o interesse da corporação é que isso se resolva

rapidamente e que a maior preocupação da PM é com a ilegalidade da situação. "Hoje os bombeiros deixaram de apenas apagar incêndios e também trabalham com prevenção. Entretanto, apenas os bombeiros militares detêm o poder como polícia militar, o que já não ocorre com o voluntariado. Seguimos o modelo europeu, no qual a tranquilidade e a ordem pública são responsabilidade da polícia", salientou.

O autor do requerimento da audiência, deputado Reno Caramori (PP), defendeu a remuneração dos bombeiros voluntários, já que muitos permanecem em período integral na corporação. Mais de 60 cidades, segundo Caramori, estão sem qualquer proteção do Estado nesta área.

Participaram da audiência pública os deputados Onofre Agostini (PFL), Simone Schramm (PMDB), Sérgio Godinho (PSB), José Carlos Vieira (PFL), Paulo Eccel (PT), Antônio Ceron (PFL) e Romildo Titon (PMDB). (CA/TK)

Encaminhamentos

Como sugestão, o deputado Paulo Eccel (PT) sugeriu que seja formada uma comissão composta por membros das corporações voluntária, comunitária e militar. Ele destacou a importância do envolvimento da Assembléia no processo e sugeriu que a Comissão de Trabalho e a Comissão de Segurança Pública trabalhem numa proposta de legislação que defina limites de atuação de cada bombeiro. "Temos que resolver ou minimizar o conflito, em vez de jogar uns contra os outros", sintetizou.

O líder do PSB, deputado Sérgio Godinho, sugeriu a criação de um fórum para debater o assunto, enquanto o petista Dionei Walter da Silva informou que já existe uma comissão técnica, formada por bombeiros voluntários e militares, para tratar do assunto. Da parte dos bombeiros voluntários, segundo ele, foram indicados os nomes do subcomandante de Joinville, Heitor Ribeiro Filho, e do subcomandante de Jaraguá do Sul, Michael Leandro da Costa. "Vamos aguardar os nomes dos militares que farão parte da subcomissão e, com a ajuda dos parlamentares, verificar uma saída para este impasse", concluiu Dionei. (CA/TK)

Debate sobre adoção e abrigos define ações

Tatiana Kinoshita

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), recebeu, durante reunião na manhã de quarta-feira (23), o secretário estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, César Cim, para debater a adoção e os abrigos temporários para crianças e adolescentes em Santa Catarina. Compareceram a promotora de Justiça, Helen Crystine Correa Sanches, o juiz corregedor, Luiz Henrique Martins Portelinha, a presidente do Grupo de Apoio à Adoção, Lilian Cordeiro, os deputados Antônio Ceron (PFL), Reno Caramori (PP), Simone Schramm (PMDB), Francisco Küster (PSDB), Francisco de Assis (PT) e Odete de Jesus (PL).

Ana Paula informou que a reunião dava continuidade aos debates realizados em audiência pública no mês de outubro, durante a qual foram levantadas questões como o direito da criança em permanecer no seio familiar. "Atualmente, crianças e adolescentes estão sendo retiradas de suas famílias por falta de condições financeiras dos pais em mantê-las. Entretanto, isso não pode ser desculpa para retirar a criança da convivência com os pais", comentou a parlamentar.

Conforme a promotora Helen Crystine, atualmente existem 1.200 crianças distribuídas em 82 abrigos em todo o Estado. Desse total, 80% dos casos têm acompanhamento jurídico, tanto na destituição do pátrio poder como no encaminhamento para adoção. "Em 80% dos casos, as crianças são retiradas da família por falta de recursos financeiros. Mas colocá-las em um abrigo, onde muitas passam a vida

toda, também não é a solução. O que precisamos é de programas de geração de renda para essas famílias", explicou.

O juiz corregedor Portelinha comentou o Programa Cuida, desenvolvido pelo Judiciário, que irá unificar todos os cadastros de crianças, casais na fila de adoção e casas de abrigo. "A partir dessas informações será mais fácil desenvolver políticas públicas, pois as pesquisas serão realizadas em cima de dados concretos, atualizados dia-a-dia", informou.

Caramori apontou a burocracia que permeia a adoção como um dos principais motivos para a lotação nos abrigos. "Conheço casos de pessoas com boa renda familiar, boa índole, que adotaram bebês que lhes foram retirados posteriormente pelo Conselho Tutelar, com a desculpa de que há uma fila a ser respeitada. Mas a burocracia é tanta que as crianças acabam virando adolescentes nesses abrigos", argumentou.

Preconceito - Segundo Francisco de Assis, o maior problema está na relutância dos postulantes a pais adotivos em adotar crianças maiores. "Deveríamos fazer uma campanha conjunta para que adoções tardias sejam incentivadas", avaliou. Por isso, na avaliação de Lilian Cordeiro, o grande desafio é justamente estimular as pessoas a vencerem seus medos e preconceitos. "Quando vemos um adolescente assaltando e matando pessoas, muitos pedem a redução da idade penal. É melhor olhar antes que tipo de situação os levaram a isso. A sociedade os abandona antes", ensinou.

Simone Schramm informou que o Plenário aprovou, no dia 22, moção a ser enviada a Brasília, pedindo mais verbas para o Estado desenvolver ações voltadas às crianças e adolescentes. Conforme o secretário estadual César Cim, O governo do Estado firmou uma parceria com o governo federal para participar do programa que visa a atender famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

Sua proposta é oferecer nesses Centros atendimento a grupos familiares em dificuldades, os quais atuam através de uma rede básica de ações articuladas e serviços próximos à sua localização, envolvendo e interrelacionando as políticas de assistência social, saúde, educação, segurança, justiça.



Os participantes sugeriram a criação de um programa estadual de complementação de renda às famílias

Encaminhamentos

Depois de duas horas de reunião foram definidas as seguintes ações:

- Realizar um levantamento para verificar quantas famílias, cujas crianças foram retiradas do seu convívio, estão cadastradas no programa federal Bolsa Família;
- Criação de um programa de complementação de renda por parte do governo do Estado, vinculado ou não ao Bolsa Família;
- Inclusão das famílias nos projetos de capacitação e renda do governo estadual;
- Formação de um grupo de trabalho com a participação do Ministério Público, Tribunal de Justiça, grupos de apoio à adoção, casas de abrigo, Secretaria de Desenvolvimento Social e a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembleia Legislativa.

Catarinenses debatem o Plano Nacional da Juventude

Jonas Lemos Campos



Jovens de todo o Estado participaram de oficinas que definiram prioridades ao plano

Dezenas de jovens de todas as regiões do Estado estiveram na Assembleia Legislativa, na manhã de sexta-feira (18), para participar da audiência pública que encerrou um ciclo de dez encontros, realizados em Santa Catarina, para discutir o Plano Nacional da Juventude. As reuniões destinam-se a aprimorar a proposta a ser apresentada na conferência que acontece em março do ano que vem, em Brasília. O relatório final será encaminhado para o Congresso Nacional em regime de urgência, para que o Plano seja implementado em 2007, cobrindo um período de dez anos.

O coordenador da Frente Parlamentar da Juventude, deputado federal catarinense Cláudio Vignatti (PT), informou que há mais de 20 anos espera-se que o Estado crie órgãos que coordenem políticas voltadas para os jovens. Entretanto, é o Conselho da Juventude que vai possibilitar que o jovem fiscalize a implementação

e a condução dessas políticas.

O deputado Paulo Eccel (PT), que presidiu a sessão, apresentou projeto de lei que cria o CEJSC (Conselho Estadual de Juventude do Estado de Santa Catarina), com a finalidade de estudar, analisar, discutir, propor, formular, avaliar e articular políticas públicas que contribuam com o desenvolvimento dos jovens.

Participaram da discussão, Eloá Kátia Coelho, representando a ministra Matilde Ribeiro, da Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), Severine Macedo, representando a juventude da Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar), Jorge Moraes, presidente da UCE (União Catarinense dos Estudantes), Antônio Zamboni, representando a Pastoral da Juventude, e Marilene Rossoni, que representou a CUT (Central Única dos Trabalhadores). (DAB)

Aprovados

Servidores da Fatma vão receber gratificação ambiental

Eduardo Guedes de Oliveira

Servidores da Fatma (Fundação do Meio Ambiente) lotaram as galerias da Casa para acompanhar, na tarde do dia 22, a apreciação do substitutivo global do Executivo ao Projeto de Lei nº 453/05, remetido pelo próprio governo. A proposta aprovada institui uma gratificação ambiental que será paga aos servidores do quadro efetivo da Fatma.

A despesa total com a vantagem salarial não poderá ultrapassar 13% do somatório da receita arrecadada no último semestre do exercício anterior pela Fatma. O valor máximo da gratificação paga a um servidor não pode superar o valor definido para o Grupo Operacional de Nível Superior 33.

Emenda do deputado Joares Ponticelli (PP) que modifica o Artigo 10 do substitutivo, aprovada por



Nova lei vai beneficiar pessoal do quadro efetivo da Fundação

acordo dos líderes dos partidos presentes em reunião das comissões, pela manhã, também passou pelo

Plenário. Ela limita a data de 1ª de novembro para a concessão da gratificação. (CA/RV)

Projeto altera idades-limites para aposentadoria da PM

Os parlamentares aprovaram na tarde do dia 22, o Projeto de Lei nº 468/05 que altera o Estatuto dos Policiais Militares quanto às idades-limites de permanência no serviço ativo da Polícia Militar. As promoções destes servidores ocorrerão, anualmente, por antiguidade ou merecimento, nos dias 31 de janeiro, 5 de maio, 11 de agosto e 25 de novembro. A transferência para a reserva remunerada ocorrerá sempre que o policial atingir 59 anos, no caso do coronel; 57 anos para tenente-coronel e major; 55 anos para capitão PM e oficiais subalternos; 58 anos para 1º tenente; 57 anos para 1º sargento e cabos e soldados.

Na justificativa, o Executivo enfatiza que as novas regras se devem à longevidade da população brasileira, o que resulta em longevidade no trabalho em defesa do próprio Estado, devido ao crescimento da folha de inativos ou aposentados. (RV)

Valores referentes ao ICMS simplificado serão atualizados

Para atualizar valores com base no IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, o governo do Estado apresentou aos parlamentares o Projeto de Lei nº 335/05, aprovado na terça-feira (22).

A matéria altera dispositivos da Lei nº 11.398, de 8 de maio de 2000. Dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado à microempresa e empresa de pequeno porte no campo do ICMS - Simples/SC. Na definição dos limites de recei-

ta bruta anual para enquadramento no Simples, as microempresas terão benefícios no imposto se o faturamento for igual ou inferior a R\$ 160 mil, ficando a pequena empresa com valor superior a R\$ 160 mil e igual ou inferior a R\$ 2 milhões.

Outra mudança promovida pela matéria é incluir, para enquadramento no Simples, a receita bruta decorrente da prestação de serviço, pois na lei aprovada em 2000 era levada em consideração somente a receita decorrente da venda de mercadorias. (RV)

Odete pede aprovação de proposta

A deputada Odete de Jesus (PL) solicitou a colaboração dos deputados para a aprovação do Projeto de Lei nº 362/05, de sua autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos farmacêuticos e drogarias afixarem cartazes para esclarecer as hipóteses de substituição de medicamento prescrito por médico. O projeto estabelece que todos os estabelecimentos de farmácias e drogarias de Santa Catarina deverão afixar cartaz com os seguintes dizeres: "O

medicamento prescrito por seu médico só pode ser substituído por medicamento genérico. Na dúvida, consulte seu médico".

"A intenção é alertar a todos os consumidores do Estado para que evitem a substituição dos medicamentos receitados pelos médicos por remédios similares, mais baratos que os genéricos, mas sem comprovação científica de bioequivalência", afirmou Odete durante discurso da tribuna, na

tarde de terça-feira (22).

Diferença - De acordo com suas informações, o medicamento genérico, além de possuir o mesmo princípio ativo, tem a mesma composição de substâncias, modo e tempo de ação no organismo e absorção pela corrente sanguínea apresentados pelos produtos de marca. O genérico também possui a mesma forma de apresentação (comprimidos, xarope, entre outros) e de dosagem. O similar não tem as mesmas características. (MAP)

Cobrança de consumo será proibida

Aprovado o substitutivo global, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), ao Projeto de Lei nº 16/05, do deputado Valmir Comin (PP), que proíbe a cobrança de valores além do correspondente à entrada, exigidos a título de consumação obrigatória pelas danceterias, casas de baile, bares, restaurantes e estabelecimentos similares. A matéria foi apresentada à Casa devido às reclamações de moradores e turistas que sentem-se lesados e deixam de freqüentar esses lugares em função da taxaço. Desta forma, o Estado possui uma regulamentação para coibir os estabelecimentos que praticarem abuso financeiro. (RV)

Plano de carreira

Com a presença de dezenas de servidores públicos dos órgãos abrangidos pela proposição, os deputados aprovaram os projetos de Lei Complementar nº 45 e nº 46/05, que alteram e instituem o Plano de Carreira, cargos e vencimentos do MPE (Ministério Público Estadual) e da SEA (Secretaria Estadual da Administração), respectivamente. Quanto ao MPE, a proposta governamental determina que, a partir de 1º de janeiro de 2006, fica acrescido de 5% o valor do piso salarial dos seus integrantes, enquanto que na SEA fica instituído o Plano de Carreira e Vencimentos, destinado à organização da carreira de gestor público, constituído pelo cargo de analista técnico em gestão pública. (RV)

Dia do Gaiteiro

Foi aprovado na sessão de quarta-feira (23) o Projeto de Lei nº 292/05, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), que institui o dia 10 de setembro como o Dia Estadual do Profissional da Gaita, com o objetivo de resgatar e valorizar a figura do gaiteiro. Diz o deputado em sua justificativa que a gaita, conhecida também como acordeão ou sanfona, chegou a Santa Catarina com os primeiros colonizadores europeus, incorporando-se às tradições do Estado. A finalidade do parlamentar com este projeto é o resgate e a valorização desse profissional, ligado às raízes culturais catarinenses. (SCT)

Medida Provisória

Os deputados aprovaram a admissibilidade da Medida Provisória nº 121/05, que concede abono aos servidores ativos e inativos na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, no valor de R\$ 290,00, e que faz parte da implementação da escala vertical de reajuste da categoria.

A proposta estabelece que esse valor será incorporado ao vencimento da categoria, assim que for integralizada a escala vertical de reajuste, definida pela Lei nº 254/03. A gratificação será paga, parceladamente, de novembro de 2005 a fevereiro de 2006. O benefício é extensivo aos pensionistas previdenciários.

A matéria vai para apreciação das comissões de Justiça, Finanças e de Segurança Pública, para em seguida ser deliberada em Plenário. (RV)

Vieirão critica gastos do governo com publicidade

O governo do Estado gastou R\$ 380 mil somente com a publicidade do 1º Festival Cultural do Mercosul e o 7º Encontro das Nações, segundo o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP). O parlamentar disse, durante a sessão plenária da tarde de terça-feira (22), que os valores gastos no evento foram informados pela Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte. Os dois eventos foram realizados entre os dias 15 e 18 de setembro, em Florianópolis.

Vieirão informou que o gasto total do evento foi de R\$ 682.595,00, ou seja, mais da metade desse valor foi dispendida com publicidade. “O objetivo não era, então, a festividade, mas investir em publicidade”, observou Vieirão. Ele também declarou que as despesas com a publicidade foram pagas pela Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, e não pela Secretaria de Comunicação.

Regional – O deputado também comentou que o governo do Estado anunciou que já investiu R\$ 226 milhões na região de Blume-



Vieirão: “Objetivo era a propaganda”

nau. Segundo Vieirão, informações da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Blumenau indicam que foram investidos R\$ 711 mil em segurança pública, cerca de R\$ 12 milhões em saúde e aproximadamente R\$ 21 milhões em educação. Mas ressaltou que R\$ 30 milhões desse valor foram destinados à Celesc – esse valor foi ou está planejado para ser investido em redes elétricas e subestações, por exemplo. (MAP)

Baldissera pede defesa do meio ambiente

O deputado Pedro Baldissera – Padre Pedro (PT), destacou em Plenário, na manhã do dia 17, o motivo que levou o jornalista e ambientalista Francisco Anselmo de Barros a tirar a própria vida ao atear fogo no corpo, durante protesto realizado há dois finais de semana, no centro de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. De acordo com o parlamentar, Anselmo era presidente da Fuconams (Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul) e seu ato desesperado



Baldissera: “Todos seremos afetados”

foi contra a instalação de usinas de álcool e açúcar na Bacia do Alto Paraguai, uma vez que a Assembléia Legislativa daquele Estado aprecia um projeto de lei que permite a implantação de destilarias no Pantanal.

Baldissera, que preside o Fórum Permanente para a Preservação das Águas e do Aquífero Guarani, destacou que essa é a terceira vez que o Executivo tenta mudar a Lei Estadual nº 328, de 1982, que veta este tipo de empreendimento em toda a Bacia do Paraguai. (TM)

Duduco cobra indicação de negros

O líder do PDT, deputado Nilson Nelson Machado – Duduco, criticou na manhã do dia 17 a ausência de líderes políticos negros na administração estadual, lembrando que “o governo poderia destinar uma secretaria de Estado a alguns deles, muitos dos quais graduados e pós-graduados, em plenas condições de assumir uma secretaria”.

O parlamentar ressaltou o preconceito que existe em relação aos negros, citando os casos dos secretários de Saúde e de Turismo de Florianópolis, o médico Walter da Luz – o doutor Juca -, e Luiz José Ferreira, respectivamente, que se recebessem maiores investimentos “sua secretarias seriam as melhores do Brasil”. Ambos são negros. (SCT)

Encontro no Costão do Santinho gera polêmica entre deputados

O almoço ocorrido na segunda-feira (21), reunindo o senador Jorge Bornhausen (PFL) com grupos políticos de Santa Catarina e presenças importantes como a do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jorge Mussi, no Costão do Santinho, provocou indignação no deputado Francisco de Assis (PT). Em comentário da tribuna, na tarde de terça-feira (22), o parlamentar afirmou que “o encontro é a prova de que a elite política de Santa Catarina está contra o Partido dos Trabalhadores, com o intuito de exterminar essa raça petista”.

Já para o líder do P-SOL, deputado Afrânio Boppré, o motivo para o almoço se tornar capa dos jornais de maior circulação no Estado foi o encontro amistoso entre o governador Luiz Henrique (PMDB) com o ex-governadores Esperidião Amin (PP) e Jorge Bornhausen.

Na avaliação do deputado Assis, Bornhausen está valorizando a crise do governo mais do que qualquer outro parlamentar da oposição e, por isso, reuniu líderes dos partidos de “centro-direita do Estado e,

mais grave, com a presença do líder maior do Poder Judiciário estadual”.

Em aparte, o líder do PT, deputado Paulo Eccel, manifestou total apoio ao discurso de “indignação” de seu colega. “Que a classe política se reúna não há problema, mas não acho correto que a pessoa responsável pela Justiça do Estado esteja presente a uma reunião político-partidária”, endossou.

Equívoco – Entretanto, conforme o deputado Onofre Agostini (PFL), os parlamentares petistas estavam “equivocados”, já que o almoço foi uma “confraternização entre amigos e não uma reunião política.”

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, também informou que essa foi apenas uma reunião de desagravo ao senador Jorge Bornhausen, cuja origem foram os cartazes espalhados em Brasília retratando o senador catarinense na pele de Adolf Hitler. “Estamos numa democracia e não podemos censurar um amigo do senador só porque ele compareceu a um almoço”, comen-

tou a respeito da presença do presidente do TJ.

Disputa - Boppré acrescentou que LHS, durante a campanha eleitoral, dizia que Santa Catarina não poderia ter dois senadores da mesma família, referindo-se a Paulinho Bornhausen. “Chamava Bornhausen de “chefe da oligarquia” e Paulinho de “filhinho de papai”. O problema é que agora o governador se esforça buscando espaço. Foi esse momento que mereceu capa de jornal. Esse fato registra como Luiz Henrique é volúvel. Nas eleições passadas acariciou outro partido”, enfatizou Boppré. O presidente estadual do PP, deputado Joares Ponticelli (PP), também demonstrou espanto com o encontro dos políticos. “Fiquei perplexo de ver o governador comparecer a um almoço de solidariedade. Fala o que quer e depois aparece como se nada tivesse acontecido.”

O deputado Manoel Mota, líder do PMDB, saiu em defesa do governador. “Todos conhecem a forma ética de agir do Luiz Henrique. Ele foi levar solidariedade, como iria se acontecesse a qualquer outra pessoa.” (DAB/TK)

Sorgato fala sobre obras da Regional de Xanxerê

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) salientou da tribuna, na sessão do dia 22, a presença do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), no município de Xanxerê, para a inauguração das obras de reforma, ampliação e conclusão do ginásio de esportes na Escola de Educação Básica João Winckler. As obras na escola, localizada no bairro Castelo Branco, foram viabilizadas através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxerê. Segundo ele, foram investidos aproximadamente R\$ 250 mil nessa unidade, que atende mais de 500 alunos.

Sorgato ainda citou a abertura da licitação para pavimentação asfáltica dos quase 10 quilômetros do acesso ligando o município de Passos Maia à BR-282. Conforme o parlamentar, as obras devem iniciar na próxima semana. “O asfaltamento é uma prioridade do governo. E isso é



Deputado Sorgato

só uma parte das obras na regional de Xanxerê. São obras importantes para o Estado e merecem ser mencionadas. Ainda há muito para fazer, mas muito já foi feito”, lembrou o deputado.

Gelson Merísio (PFL) e Manoel Mota, líder do PMDB, concordam que são obras de extrema importância para o Estado. “O governo de Luiz Henrique está mostrando o compromisso com Santa Catarina. É o governo por Santa Catarina”, disse Mota. (GMP)

Küster reivindica obras em trechos da BR-282

Duas moções de autoria do deputado Francisco Küster (PSDB) serão enviadas ao diretor-geral do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes), solicitando melhorias em uma rótula no trecho da BR-282, no trevo de acesso a Bocaina do Sul. Segundo o parlamentar, o trecho não oferece nenhuma segurança aos usuários. "Todos que passam por lá correm risco de acidentes. É uma obra barata que irá dispor de pequenos valores. É

preciso urgência", salientou na terça-feira (22).

A outra moção se refere ao pedido de reparos no trecho da BR-282 que liga Lages a Florianópolis, entre os municípios de Alfredo Wagner e Águas Mornas. As constantes chuvas e a falta de cuidados não oferece segurança para aqueles que transitam pela rodovia. "É preciso melhoria nas rodovias já, principalmente obras no acostamento, que aliás não existe", concluiu Küster. (GMP)



Tucano requereu urgência para as obras

Vanio fala sobre projeto para jovens

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, esteve no dia 21 em Florianópolis para várias atividades, entre elas conhecer o Projeto Aroeira, um consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis que faz parte do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego do Governo Federal. Entre os presentes estava o deputado petista Vanio dos Santos que comentou sobre o assunto em Plenário na tarde de terça-feira (22).

Segundo o parlamentar, o objetivo do Aroeira é elevar o nível de escolaridade e qualificação profissional dos jovens, assim como promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda. "Ao todo, 1.200 jovens de 16 a 24 anos, de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, terão 180 horas de oficinas profissionalizantes e 200 horas de qualificação

básica, que incluem aulas de elevação da escolaridade, educação ambiental, inclusão digital, ética e cidadania. Outras 20 horas são destinadas à qualificação específica", explicou.

Vanio também informou que o jovem participante do Aroeira recebe um auxílio financeiro de R\$ 150 por um período de quatro meses, condicionado ao cumprimento de 25 horas mensais de trabalho voluntário. "Os jovens escolhidos são de entidades como o Centro Cultural Escrava Anastácia (entidade âncora), Associação Cultural Ilha dos Palmares, Associação João Paulo II, CIEE, Movimento Livre, entre outras. Projetos como este mostram que a união do governo federal com o governos dos estados e municípios farão a di-



Deputado elogiou programa de inclusão

ferença para milhares de jovens que necessitam de capacitação para conseguir o primeiro emprego", afirmou.

Além da parte profissional, os jovens praticarão trilhas, escaladas e rappel. A finalidade é trabalhar as relações interpessoais, confiança e espírito de equipe. (TK)

Godinho discursa contra a exclusão social

A fim de explicar os motivos de sua filiação ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), o deputado Sérgio Godinho disse da tribuna, na tarde de terça-feira (23), que procurou a sigla por identificar-se com suas propostas e ideologia partidária, que tem como objetivos transformar a estrutura da sociedade e educar o povo em bases democráticas. "O PSB visa a fraternidade humana e a abolição de todos os privilégios

de classes e preconceitos de raça", esclareceu.

O parlamentar salientou que a luta contra a exclusão social é um dos pontos fortes do PSB. "Me identifiquei muito com as propostas partidárias e, acima de tudo, com a preocupação que o partido tem com o social. Na região serrana, estamos sofrendo um grande problema de exclusão social e foi com o intuito de lutar contra esse mal que escolhi o PSB", assinalou Godinho.

Em sua avaliação, a exclusão social é o pior problema do país, que sofre com a pobreza aparente e a falta de investimentos nas necessidades básicas da população, como o saneamento e a educação. "A luta contra a exclusão social é e será a nossa maior bandeira. Lutaremos pela modernidade, mas sem esquecer dos investimentos nas necessidades básicas para a população", concluiu. (GMP)

DOS GABINETES

Celestino cobra atitude do governo

O líder do PP, deputado Celestino Secco, cobrou, durante a sessão do dia 17, uma manifestação clara por parte do Executivo sobre o imbróglio envolvendo o secretário da Fazenda, Max Bornholdt. "Se o governo não vier a público e manifestar uma atitude responsável com relação à situação do secretário, será conivente, co-patrocinador da ação prejudicial ao erário", resumiu, referindo-se à decisão da desembargadora Marli Mosimann Vargas, da Câmara Cível Especial do Judiciário catarinense. Ela negou liminar ao secretário, ao presidente do Badesc, Renato Vianna, e a outras 19 pessoas físicas e jurídicas, que tiveram seus bens bloqueados no mês passado pelo juiz Odson Cardoso Filho, da Vara da Fazenda de Florianópolis.

Todos foram denunciados por irregularidades na venda do laboratório Elofar, que pertencia à empresa SC Genéricos – cujo maior acionista é o Badesc, presidido por Vianna. O Conselho de Administração do Badesc é presidido por Bornholdt. A ação popular foi impetrada em 21 de dezembro de 2004 pela bancada do PP, "denunciando a dilapidação de patrimônio catarinense com a venda do Elofar". Em setembro de 2003, a SC Genéricos aumentou o capital social do Elofar em R\$ 1,8 milhão, com dinheiro do Badesc, e dois dias depois vendeu o mesmo laboratório ao grupo paulista Multitrade, sem concorrência pública e em condições "de pai para filho". (JCR)

SC está inadimplente com a União

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, alertou para a condição de inadimplência de Santa Catarina com a União. Por isso, o Ministério está deixando de repassar cerca de R\$ 5,5 milhões ao Estado neste ano. Isto porque a secretaria estadual do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda ainda não prestou contas referentes a convênios firmados com a União que deveriam ter sido apresentadas em abril. "Por isso está no SIAFI (Sistema de Acompanhamento Financeiro da União)", disse o ministro.

O governo estadual deve informações sobre dois convênios para implementação de ações do Sistema Público de Emprego. Um deles é o PNQ (Plano Nacional de Qualificação), que tem como objetivo promover a qualificação profissional dos trabalhadores. O outro é o PLANSINE, que engloba ações de intermediação de mão-de-obra.

Santa Catarina tem uma alternativa, segundo o Ministério: devolver R\$ 978 mil aos cofres da União. Dentinho já deu entrada na Assembléia Legislativa, na segunda-feira (21), a um pedido de informações à Secretaria Estadual do Trabalho. "É um volume muito grande de recursos para não ser enviado a Santa Catarina por falta de prestação correta de contas", afirmou o presidente da Comissão de Finanças. (RA)

Onofre visita presidente da FCDL

O deputado Onofre Agostini (PFL) visitou, no último dia 17, o presidente da FCDL (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina), Roque Pellizzaro Júnior. A alta carga tributária, juros abusivos praticados por operadoras de cartões de crédito e altos impostos sobre cheques foram os principais assuntos da reunião.

Agostini quis ouvir a opinião do presidente da FCDL, que é natural de Curitiba, sobre a política econômica e as perspectivas para o próximo ano, além do que pode ser feito nos setores que estão em crise, principalmente no caso da madeira. Pellizzaro afirmou que quer tomar conhecimento do Orçamento do Estado e participar ativamente no que for possível para defender a bandeira da Federação, e por consequência os empresários e comerciantes catarinenses.

A Assembléia Legislativa encaminhou indicação, de autoria do pefelista, ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), solicitando prioridade na concessão de crédito de ICMS para pagamento de faturas de energia elétrica às empresas madeireiras e agro-industriais. (JLJ)

Fórum das Águas promove seminário em Papanduva

Eduardo Guedes de Oliveira

Tatiana Kinoshita

A precariedade do saneamento básico em Santa Catarina e os prejuízos que a falta de estrutura acarreta, tanto para a natureza como para a população, foi o principal assunto debatido no 22º seminário do Fórum das Águas e Aquífero Guarani, presidido pelo deputado Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT). O evento ocorreu no último dia 18, no município de Papanduva, Planalto Norte do Estado, no auditório do colégio Alinor Vieira Corte, e contou com a presença do prefeito Humberto Damaso Ribas (PMDB), do presidente da Câmara de Vereadores, Gerson Rauen (PMDB), do gerente do Banco do Brasil, Cláudio Abigail, do secretário da Infra-estrutura, Mauro Mariani (PMDB), do deputado Antônio Aguiar (PMDB) e da deputada federal Luci Choinacki (PT/SC).

Segundo Baldissera, a participação de estudantes é fundamental nesse tipo de debate, pois só educando será possível salvar o Aquífero Guarani. "Santa Catarina precisa tomar medidas urgentes para evitar que todo seu ecossistema entre em colapso. Para evitar isso, só educando, conversando, e explicando e nós já vamos para o 23º seminário", disse o petista. Aguiar também destacou a importância da educação e lembrou que a água é o bem mais precioso da humanidade. "Se continuarmos neste ritmo de degradação, daqui a duas ou três gerações viveremos sérios problemas pela falta de água", comentou.

Para Mariani, o trabalho conjunto entre a comunidade e os políticos, através da prefeitura ou do governo do Estado, é primordial. "Políticas públicas são necessárias e para desenvolvê-las contamos com o apoio da comunidade que

nos guia. Este trabalho da Assembléia, através do Padre Pedro, ajuda a educar e mostrar às pessoas que alguns atos que parecem não prejudicar ninguém agridem a natureza e, conseqüentemente, a nós mesmos", afirmou.

O prefeito Ribas lembrou das dificuldades para planejar e implantar projetos que "realmente funcionem, não somente para o meio ambiente, como para a comunidade". "Já implantamos projetos como a agricultura ecológica, sem uso de agrotóxicos. Fiscais da prefeitura orientam moradores para construir fossas com filtro anaeróbico, entre outras ações", contou.

A deputada Luci Choinacki (PT) citou o capitalismo como um dos maiores contribuintes para a degradação do meio ambiente. "Com o objetivo de conseguir lucros exorbitantes, estamos esquecendo de cuidar da natureza. Matas são derrubadas para aumentar o rebanho de gado. Faltam políticas públicas, como saneamento básico, para cuidar também da água. Comunidade e governos



Comunidade do município localizado no Planalto Norte assistiu palestras e participou de oficinas

precisam trabalhar juntos e assim reverter o quadro", enfatizou.

Palestras - O seminário ofereceu palestras à comunidade. A preservação do Aquífero Guarani e da Serra Geral foi assunto para o geólogo Hugo Froner Bicca, que explicou o que é o aquífero e quais as ações necessárias para salvar esta que é a maior reserva de água do mundo.

Já o representante da Epagri, o sociólogo Nelson Figueiró, apresentou um vídeo com o diagnóstico do planeta e a necessidade de recuperar a Mata Atlântica. "Apenas 18% da população

mundial têm acesso à água potável e a falta de saneamento básico ainda é responsável pela maioria dos problemas de saúde, principalmente nos países subdesenvolvidos. Santa Catarina está à frente apenas do Piauí em investimentos na área", disse ele.

O integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens, Pedro Melchior, falou sobre os impactos ambientais e energias alternativas. Citou o problema dos dejetos suínos no Oeste catarinense, que poluem os lençóis freáticos e, por consequência, os poços artesianos. "Quanto à energia elétrica, 12 milhões de pessoas não têm acesso a ela em todo o país. Santa Catarina desenvolve um projeto, junto à Eletrosul, que disponibiliza um gerador de energia a gás, no qual os próprios agricultores podem fazer a manutenção. O problema é que grandes empresas já estão de olho na tecnologia do biogás para obter lucro e aí vamos cair no mesmo problema", lamentou.



Técnicos e lideranças políticas participaram do encontro



Colégio Alinor Vieira Corte, onde foi realizado o seminário

A cidade

Papanduva, localizada às margens da BR-116, tem cerca de 20 mil habitantes. Sua fundação ocorreu em função dos tropeiros que trafegavam pela antiga Estrada da Mata, levando gado entre os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. Foi também palco das sangrentas batalhas ocorridas durante a Guerra do Contestado.

Tem geografia privilegiada, inúmeras cachoeiras, inclusive aquela que é considerada a nascente do rio Itajaí-açu, um dos mais importantes do Estado, na localidade de Queimados. Isso credencia o município a se tornar um dos pólos do ecoturismo e dos esportes radicais ou esportes da natureza.



Alóis Kmiecik e Tiago Selenca onde nasce o Itajaí-açu